



REVISTA ESPAÇO DE DIÁLOGO E DESCONEXÃO  
Link: <https://periodicos.fclar.unesp.br/redd/index>

## NORMATIZAÇÃO E RACISMO DE ESTADOS: TENDÊNCIAS DA AÇÃO ESTATAL NAS POLÍTICAS URBANAS MUNICIPAIS PAULISTAS

MAZARINI, Ana Carolina Lirani.<sup>1</sup>

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6745-3870>

\*Autor para correspondência e-mail: [ac.mazarini@yahoo.com.br](mailto:ac.mazarini@yahoo.com.br)

### Palavras-chave

Neoliberalismo  
Parcerias Público-Privadas  
Urbanismo  
Racismo de Estado  
Michel Foucault

### Keywords

Neoliberalism  
Public-private partnerships  
Urbanism  
State racism  
Michel foucault

### Palabras clave

Neoliberalismo  
Alianzas público privadas  
Diseño urbano  
Racismo de estado  
Michel Foucault

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo o modelo de gestão dos territórios e da população da cidade de São Paulo que está ocorrendo dentro das tendências de racionalidade neoliberal, o que acaba por proporcionar projetos urbanos que se modelam a partir de Parcerias Público-Privadas (PPP). Apoiando-se nos estudos que o filósofo Michel Foucault desenvolveu sobre o controle dos espaços e dos corpos, da produção de subjetividades, as relações de poder-saber e a respeito da governamentalidade, procuramos demonstrar como os atuais projetos urbanos buscam através de padrões normativos perpetuar a gestão da sociedade e a disciplina dos corpos, visando uma sujeição da população dentro de uma racionalidade que ao privilegiar uma organização da cidade em torno da produção e circulação do capital, legitima a institucionalização um racismo de estado.

### ABSTRACT

#### STANDARDIZATION ANDE RACISM STATES: TRENDS INSTATE ACTION ON THE MUNICIPAL URBAN POLICIES IN THE STATE OF SÃO PAULO

This article aims to the modelo f management of the territory and of the population of the city of São Paulo that is occurring within the Neoliberal rationality trends, which ultimately provide urban projects that model public-private partnerships (PPP). Supporting studies that the philosopher Michel Foucault developed over the controlo f the spaces and bodies, the production of subjectivities, relations of power-Knowledge and respect of the governance, we seek to demonstrate how the current urban projects seek through nomative patterns perpetuate the management of society and the discipline of the bodies, targeting a subjection of the population within a rationality that by favouring na organization of the city around the production and circulation of capital, legitimate and institutionalizing a racismo.

### RESUMEN

#### NORMALIZACIÓN Y RACISMO ESTADOS: TENDENCIAS EM LA ACCIÓN DEL ESTADO EM LAS POLÍTICAS URBANAS MUNICIPALES EM EL ESTADO DE SÃO PAULO

Este artículo tiene como objetivo el modelo de gestión del territorio y de la población de la ciudad de São Paulo que está ocurriendo dentro de las tendencias de la racionalidad Neoliberal, que en última instancia proporcionan proyectos urbanos modelo de Alianzas público privadas (PPP). Apoyar estudios que el filósofo Michel Foucault desarrolló sobre el control de los espacios y los cuerpos, la producción de subjetividades, relaciones de poder-saber y el respeto de la gobernanza, intentamos demostrarse cómo los proyectos urbanos buscar a través de patrones normativos perpetuarán la gestión de la sociedad y la disciplina de los órganos, encaminadas a colocar a la población dentro de una racionalidad que, favoreciendo a una organización de la ciudad alrededor de la producción y circulación de capitales, legítimas y institucionalización de un racismo.

## T INTRODUÇÃO

Tendência presente em todos os campos de discussões e abordagens concretas, o pensamento neoliberal tomou lugar de predominância dentro das políticas públicas nacionais. Esse modelo que vêm se consolidando em âmbito nacional, implica em mudanças do papel do Estado e suas articulações com o mercado nacional e estrangeiro.

Em suas análises, Dardot e Laval (2016) afirmam que depois da crise de 2008, o neoliberalismo transformou-se em ordem construída dominante, saindo do plano do discurso e se transformando em um ordenamento construído através de discursos e práticas dentro das dimensões econômicas, políticas, sociais, subjetivas e jurídicas que passam a construir processos de financeirização da sociedade.

“longe de provocar o enfraquecimento das políticas neoliberais, a crise conduziu a seu brutal fortalecimento, na forma de planos de austeridade adotados por Estados cada vez mais ativos na promoção da lógica da concorrência dos mercados financeiros”, [...] tornando o neoliberalismo uma ‘questão estratégica universal’” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.14-15).

Esse novo modelo nasce como ordem do mercado por meio de um “enquadramento jurídico cuidadosamente ajustado” que “rejeita a passividade governamental” e “purifica o mercado concorrencial” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.69). Assim esse sistema impôs regras supremas e universais de governo no sentido de

“aumentar a capacidade de reação das empresas, diminuir a pressão fiscal sobre os rendimentos do capital e os grupos mais favorecidos, disciplinar a mão de obra, baixar o custo do trabalho e aumentar a produtividade” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.199).

Assim, o neoliberalismo sai da sua condição ideológica para um processo de neoliberalização, protagonizado pelo capital financeiro globalizado instalando uma nova relação de poder Estado-mercado apoiados em uma narrativa de crise, novas condutas e ações governamentais são postas em cena.

Em termos práticos vemos ocorrer esse processo de neoliberalização através da regulação dos mercados para os mercados, possibilitando um aumento do poder dos atores financeiros que resulta em uma transformação estrutural das economias, instituições e Estados. Em outros termos, “a governabilidade neoliberal escorrese num quadro normativo global que, [...] orienta de maneira nova as condutas, as escolhas e as práticas desses indivíduos” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.21).

Do ponto de vista do planejamento urbano, inaugura-se dentro do chamado planejamento estratégico, as parcerias público-privadas (PPPs), enquadrando assim as políticas urbanas aos novos padrões de racionalidade político-econômicos internacionais.

As PPPs foram apresentadas nas agendas urbanas como uma saída eficiente para o desenvolvimento de infraestrutura pública a partir da parceira com o setor privado da economia. Ela orienta um amplo conjunto de ações estratégicas do Estado, através da consolidação de uma disciplina neoliberal dentro da dimensão territorial e institucional. Assim as agendas urbanas abandonam a ideia do planejamento urbano como atividade pautada na preocupação das questões sociais e políticas e passam a conceber planos orientados pelo funcionamento do mercado, em que a execução dos projetos é diretamente associado à criação das condições ideais para ação dos agentes do mercado.

Essas novas estratégias de incorporação mercadológica dentro das formulações de políticas públicas, trouxe para o cenário da política pública urbana uma estratégia de ação que ao valorizar o crescimento do setor imobiliário, como colocado pela autora Rolnik (2015) traz para o âmbito da produção dos espaços urbanos, principalmente aqueles ligados a produção habitacional, uma lógica de rentabilidade dos investimentos financeiros que acaba acarretando a financeirização da terra urbana, cujo principal efeito é o agravamento da desigualdades sociais e das crises sociais características das cidades brasileiras à décadas.

Essas parcerias público-privada que se disseminaram por todo país foram também implementadas na gestão municipal da cidade de São Paulo. O modelo paulista garante aos parceiros privados uma racionalidade neoliberal que transfere ao estado a tarefa de provedor de uma lógica voltada para o consumo de serviços. Ao disponibilizar da terra pública como fonte de ativos econômicos ele associa o valor dessa terra a especulação

<sup>1</sup>Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Júlio de Mesquita - Campus Marília e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Universidade Estadual Júlio de Mesquita - Campus Marília.

do mercado financeiro-imobiliário, promovendo como resultado transformações contratuais e institucionais que geram transformações morfológicas e tipológicas já apontadas como causa de um aumento das disparidades sociais nesses espaços urbanos<sup>2</sup>.

### PPPs PAULISTA E O CASO DA PPP CAMPOS ELÍSIOS

Em abril de 2013, o governo de São Paulo juntamente com a prefeitura da cidade de São Paulo, o projeto PPP da Habitação do centro destinado a região central da cidade, com o objetivo inicial de se construir vinte mil moradias, que seriam viabilizadas com recursos privados, subsidiados pelo programa federal Minha Casa Minha Vida e com recursos complementares dos governos estaduais e municipais, em que a prefeitura de São Paulo concederia um aporte de vinte mil reais por unidade habitacional.

Ao analisar o projeto apresentados o programa parecia unir todos os problemas urbanos e sociais presentes na realidade da cidade. Ele reunia a transformação da cidade através da elaboração de quadras abertas, ruas sem muros, edifícios com características múltiplas que seriam formados por uma mistura de classes sociais e áreas térreas destinadas ao comércio.

Com a justificativa emblemática de ocupar as áreas subutilizadas do centro da cidade, o projeto começou a apresentar uma série de entraves para uma gestão democrática da cidade, principalmente no atendimento das famílias de baixa renda e do déficit habitacional do município.

Dentre os principais problemas identificados destacamos: Das 20.221 unidades habitacionais ofertadas pela PPP, apenas 6.650 seriam destinadas às faixas de menor renda, excluindo também as famílias com renda inferior a 1 salário mínimo. Apenas 20% de todas as habitações ofertadas seriam destinadas aos atuais moradores das áreas centrais da cidade, considerando a existente de aproximadamente 21.810 domicílios em situação precária na região ocupados por famílias de até 3 salários mínimos<sup>3</sup>, a proposta apresentada não priorizou a real demanda de subsídios públicos para o acesso à moradia.

Junto a esses dados, meses após ao lançamento do projeto, o então governo Geraldo Alckmin assinou o Decreto nº59.273, que declarou de interesse social para fins de desapropriação mais de 900 imóveis na região os quais passariam por uma remodelação, financiado pelo instituto responsável financeiro da PPP, a fim de se construir habitações. Ao terem disponibilidade ao projeto, moradores realizaram um mapeamento das regiões atingidas pelo decreto e diagnosticaram que dos imóveis que sofreriam o processo de desapropriação 86% estavam ocupados. Unidos desses dados os moradores e comerciantes da região entraram com uma ação civil pública com uma série de questionamentos sobre o projeto e os decretos criados para sua contemplação, levando aos órgãos públicos o projeto foi suspenso e aparentemente então esquecido.

Nos primeiros meses de mandato municipal do prefeito João Doria a prefeitura lançou a PPP Campos Elísios em que as quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elísio sofreriam um processo de “requalificação” afim de se construir na quadra 36 um hospital e nas 37 e 38 torres habitacionais.

Nas quadras 37 e 38 a prefeitura pretende construir um complexo que abrigará prédios residências, uma escola de música, uma creche para 200 crianças e no térreo sala comerciais serão ligadas por um boulevard à rua Santa Efigênia, sendo todo o projeto realizado em uma parceria da prefeitura e governo do estado com a construtora mineira Canopus. Já a quadra 38 será revitalizada para a construção do novo hospital Pérola Byington.

Através de uma diversificação de apartamentos, o projeto pretende atrair para a região uma diversidade maior de famílias, contemplando uma faixa de renda mensal que irá de 810,00 a 8.100 reais, com esse projeto a PPP prevê que 80% dos apartamentos serão ocupados por famílias externas ao bairro.

Analisando o projeto pelo viés dos dados socioeconômicos, do uso do solo e através de denúncia dos moradores locais, podemos constatar que a prefeitura está, através da parceria com empresas, tentando atrair para região uma faixa populacional de maior renda, que difere da população existente no bairro.

Para tanto, remoções ilegais das famílias e comerciantes do bairro vêm ocorrendo desde do início desse ano. Por se tratar que uma região demarcada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), essas ações da prefeitura e o aval judiciário para essas ações, estão sendo questionados pelos moradores e órgãos ligados a sociedade civil.

<sup>2</sup>Ver artigos: Mendonça; Pedro H. Rezende. Três contradições das PPPs Paulistas: Da provisão Habitacional aos negócios imobiliários-financeiros; Nascimento, Denise Morado e Freitas, Daniel Medeiros. Ampliação do conceito de PPP para compreender seu papel no processo de neoliberalização.

<sup>3</sup>Dados retirados do Plano Municipal de Habitação de 2009.

Esse desmonte das ZEIS associado com os discursos de “requalificação” e “revitalização” de áreas, como essas, têm provocado a criação de novas ocupações, assentamentos precários, aumento da população em situação de rua e da situação de vulnerabilidade de boa parte da população, diagnosticando esse que pode ser observado nas regiões periféricas as essas áreas que estão passando por essas intervenções.

Visto que não existe a possibilidade de colaboração da iniciativa privada em projeto de requalificação sem o interesse na obtenção de lucros, em razão das lógicas dos mercados imobiliários, é dever da sociedade acompanhar o desenrolar desses tipos de ações do poder público na busca de conquistar um novo modelo de requalificação urbana a ser empregada no centro de São Paulo, buscando evitar abusos de poder econômico e preservando os direitos das populações atingidas.

Trazendo dados mais empíricos sobre as tendências dos processos de remoções que estão sendo realizadas na região central da cidade, tomamos como a análise os processos de remoções ocorridos na primeira metade desse ano na quadra 36 do bairro central Campos Elísio.

No dia 15 de abril de 2018, a prefeitura da cidade iniciou os processos de retiradas das famílias para a implementação das obras da PPP, funcionários da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) juntamente com a polícia, estacionaram caminhões de mudança em frente as residências do perímetro com o intuito de instruir os moradores a deixar suas casas de forma “voluntária”. No dia seguinte, oficiais de justiça munidos com mandados de arrombamento, passaram a retirar os restantes dos moradores e comerciantes locais, emparedando os imóveis, sem que a prefeitura convocasse a população para qualquer tipo de discussão sobre os rumos da região.

Na ação cerca de 162 famílias foram expulsas e praticamente todos os imóveis foram demolidos ou interditados. Dessas famílias, 122 estão recebendo auxílio-moradia pela CDHU, através de uma negociação que se deu à revelia de qualquer negociação com os atingidos pelo projeto.

Com relação ao destino dessas famílias, levantamento realizado pelo coletivo Fórum Aberto Mundaréu da Luz<sup>4</sup>, mostra o destino dessas famílias após passarem pelo processo de remoção, o Fórum levantou que metade dessas pessoas não tinham seus destinos conhecidos e dos outros 50 por cento, 60 por cento se alocaram em ocupações e pensões do entorno (como o edifício Wilton Paes de Almeida, que desabou com o incêndio); 14 por cento foram para favelas localizadas em outras regiões da cidade e 4 por cento foram para pensões nas quadras 37 e 38 (também ameaçadas de remoção pela PPP habitacional).

Uma das moradoras atingidas vivia na quadra desde 2013, se mudou para lá devido a uma outra ação do Estado que removeu um quarteirão inteiro da mesma região, na época a moradora recebeu um termo da CDHU garantindo atendimento definitivo em relação a uma habitação, o que nunca ocorreu. Ao passar por essa segunda ação Estatal ela recebe um auxílio-moradia mensal de R\$ 400,00 além de um segundo termo da CDHU, com uma nova promessa de acesso a uma habitação segura em posse. Em mãos desse valor mensal ela se instalou junto com seu filho em uma pensão na quadra 37 e suas coisas foram para um depósito que ela mesma encontrou ali perto.

Outro caso observado é de uma senhora de idade que mora na região junto com seu neto menor de idade, eles moravam em uma ocupação que se localizava na quadra 36, na ação Estatal descrita acima, eles foram removidos sem qualquer auxílio-moradia ou atendimento habitacional. Enquanto os funcionários do estado levavam seus pertences para o caminhão de mudança, vizinhos conseguiram encontrar um quarto para os dois em uma pensão localizada na vizinhança, mas por se tratar de um cômodo pequeno, seus pertences tiveram que ser despachados para um depósito da Secretaria de Saúde na zona oeste da cidade, sendo que depois de um mês da utilização desse depósito a família terá que pagar uma taxa diária para a utilização do depósito ou arcar com o frete de deslocamento dos pertences de volta o centro. Sem qualquer forma de auxílio público, vizinho organizaram uma “vaquinha” para pagar o primeiro mês de aluguel dessa família na nova pensão.

Através desse breve relato sobre como estão ocorrendo essas remoções, o interesse de nossas análises é **a maneira em que essas famílias, que foram retiradas durante esse processo, estão sendo assessoradas pela gestão pública.**

Ou seja, são pessoas que mais uma vez ao serem expulsas dentro de processos de renovação urbana e que se realocam novamente em áreas que apresentam condições de vulnerabilidade e falta de amparo estatal.

Com a apresentação desse cenário, cabe uma reflexão sobre os mecanismos e os processos que acabam por

<sup>4</sup><https://mundareudaluz.org/>.

banalizar e em certa medida institucionalizar essas ações estatais.

### RAZÃO DE ESTADO MODERNO

Para pensar nessas relações entre população e estado nas formulações das políticas públicas urbanas, optamos como caminho teórico das relações de poder estudadas por Foucault, destacando a emergência do biopoder, razão de Estado essa, a qual se difere do poder predominante da Idade Média, em que o soberano praticamente detinha o direito de vida e morte de seus súditos

A análise de razão de Estado nos estudos de Michel Foucault se direciona sempre às práticas que permitem o surgimento de novas instituições, dentro desse raciocínio, Foucault mostra como nesse movimento de construção surge uma nova noção de governamentalidade e conseqüentemente de Estado Moderno.

O biopoder que surgiu em meados do século 18, aparece como um poder que objetiva atuar sobre o ser humano enquanto ser biológico, com o intuito de assegurar a existência e continuidade da raça humana. Com o advento da Revolução Industrial, o biopoder passa ter um papel central nesse novo tipo de produção, pois junto dessa mudança de meio de produção novos processos sociais aparecem, como o aumento do número de pessoas morando nas cidades. A biopolítica então, passa a atuar no controle de processos econômicos através de dados estatísticos de monitoramento da vida.

O aumento da população urbana aponta para a necessidade dos comportamentos e gestos mais adestrados, assim cria-se mecanismos de controle e normalização dos corpos dessa população a fim de se construir uma sociedade mais normalizada com o objetivo de evitar desperdícios no tempo e na produção capitalista.

Na medida em que a cidade se torna um importante lugar de mercado que unifica as relações comerciais, não simplesmente a nível de uma região, mas a nível da nação e mesmo internacional, a multiplicidade de jurisdição e de poder torna-se intolerável. A indústria nascente, o fato de que a cidade não é somente um lugar de mercado, mas um lugar de produção, faz com que se recorra a mecanismos de regulação homogêneos e coerentes (FOUCAULT, 2000, p.86).

Assim, podemos entender o desenvolvimento do Urbanismo enquanto um dispositivo que vai auxiliar na consolidação desse modelo de racionalidade estatal. Tendo sua origem associado as demandas urbanas dos séculos XVIII e XIX, ele tem como objetivo trazer ordenamento na gestão populacional e territorial dentro dessa nova razão de Estado, pois na nova governamentalidade trata-se de

“dispor das coisas, isto é, de utilizar táticas, muito mais do que leis, ou utilizar ao máximo as leis como táticas; agir de modo que, por um certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada” (FOUCAULT, 2008a, p.132).

Os discursos urbanísticos, principalmente os que se apoiam em racionalidades neoliberais, vão evidenciar suas relações com um poder estatal que pretende organizar os espaços, as tipologias das cidades conforme funções e hierarquias que trabalhem como um mecanismo de circulação da produção do capital.

[...] não mais estabelecer e demarcar o território, mas deixar as circulações se fazerem, controlar as circulações, separar as boas das ruins, fazer que as coisas se mexam, se desloquem sem cessar, que as coisas vão perpetuamente de um ponto a outro, mas de uma maneira tal que os perigos inerentes a essa circulação sejam anulados. (FOUCAULT, 2008a, p.85).

Esse poder ao trabalhar em torno da regulamentação da sociedade, não vai apenas trabalhar em torno dos espaços de socialização e produção, mas também, vai regular a própria população.

Foucault ao analisar as ações políticas implantadas nos espaços dessas cidades afirma que o objetivo desse poder se dá na busca da normalização de um novo conceito de população entendido a partir de sua regularidade biológica, sendo preciso por tanto proteger o corpo social, a vida da população, para tornar viável tanto a produção quanto o consumo.

As regulações da população constituem então, dois polos em torno dos quais se desenvolveu essa organização das populações no biopoder, a gestão calculada da vida a partir dos custos e os benefícios econômicos, assim não só os corpos individuais devem ser adestrados, mas toda a população passa a ser regulada pelo

acompanhamento de taxas variadas (como mortalidade, fecundidade, natalidade, etc.)

Este biopoder foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pode ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos (FOUCAULT, 1988, p.132).

Para o autor, diferente do poder pastoral, essa nova razão de Estado não contém nenhuma referência externa, ela é o saber que permite ao Estado uma estabilidade tão qual que pode conseqüentemente, ser conservada e ampliada, mantendo o Estado em seu pleno funcionamento, ou seja se como um fim em si mesma.

Dentro desse raciocínio de conservação e desenvolvimento do Estado moderno e de sua racionalidade, o autor salienta que é autorizado como prática pública o sacrifício, o prejuízo, a seletividade. Como a manutenção do Estado está em constante perigo, o Estado pode agir de maneira obscura para garantir sua sobrevivência, e a partir dessa necessidade que surge um novo dispositivo, a polícia.

Para Foucault, esse dispositivo surge como aparato para a manutenção da ordem estatal moderna

A partir do século XVII, vai-se começar a chamar de polícia“ o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescerem, mantendo ao mesmo tempo a boa ordem desse Estado. Em outras palavras, a polícia vai ser o cálculo e a técnica que possibilitarão estabelecer uma relação móvel, mas apesar de tudo estável e controlável, entre a ordem interna do Estado e o crescimento das suas forças”. (FOUCAULT, M, 2008, p. 421).

Essa polícia que tem como responsabilidade a manutenção da ordem estatal, usa como instrumento de ação, a estatística. Essa ciência, oriundo dessa racionalidade moderna permite através de um ordenamento de dados que o Estado tenha conhecimento acerca de sua população, permitindo um controle maior das ações dos sujeitos pelo Estado. Assim, Foucault resume a ação da polícia da seguinte maneira: a regulação da ação dos homens entre si, a regulação das ações públicas dos indivíduos que poderiam influenciar negativamente a ação dos demais.

### O BIOPODER E O RACISMO DE ESTADO

Dentro do mesmo raciocínio, Foucault ressalta que dentro desse exercício de poder centrado no biopoder, em que se tem por objetivo uma regulação dos corpos da população e dos espaços urbanos afim de se tornar a cidade como cenário ideal para a reprodução capitalista, o racismo político é inserido dentro desse mecanismo, ao sevir de aporte as ações normativas que fragmentam a população em subgrupos.

O racismo é formado nesse âmbito (o racismo em sua forma moderna, estatal, biologizante): toda uma política da população, da família, do matrimônio, da educação, da hierarquização social e da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde e da vida cotidiana receberam então sua cor e sua justificação da preocupação mítica por proteger a pureza de sangue e de fazer triunfar a raça (FOUCAULT, 1979, p. 197).

Trazendo para o cerne da população uma fragmentação que coloque em seu raciocínio a formação de subgrupos “danosos” para o desenvolvimento da sociedade auxilia na consolidação desse racismo que opera dentro de uma relação guerreira, e aí decorre o papel da polícia nos dias atuais, em um raciocínio em que para alguém viver é preciso que o outro morra. Uma relação que se mostra higienista à medida em que a morte do que é considerado inferior, degenerado, anormal, deixa a vida em sociedade mais sadia.

Como ressaltado no curso de 1976, em defesa da sociedade, se esse mecanismo consegue atuar é porque tirar a vida corresponde em uma eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, a própria espécie ou raça. Então, nesse sentido o exercício de poder apoiado no racismo político abre espaço para a adoção de políticas que possibilitam a “morte social” de parte de uma população.

Portanto, a especificidade ligada a esse racismo político está na possibilidade de se efetuar tecnologias de poder que intensifique os processos de vulnerabilidade social, como também está associado ao funcionamento de um Estado que pode utilizar dessa subdivisão da população, do abandono dessa parcela populacional com o objetivo de uma razão de Estado. Assim o termo “racismo” empregado por Foucault pode ser inseridos em

situações de exclusão, desigualdades sociais, encarceramento e abandono, produtos das próprias políticas implementadas.

Podemos então pensar essas políticas e ações estatais como partes da estrutura de estados de dominação, frequentemente observadas como estruturas estáticas e hierárquicas em que se torna muito difícil opor resistências, pois apresentam relações assimétricas de poder em que as populações mais vulneráveis estão presas a margens das ações estatais que visam a normatização da sociedade.

Assim, fica evidente que para a formação e consolidação dos Estados modernos, essa diretriz racista se torna uma ferramenta importante pois ela torna justificativa a falta de ações estatais sobre a parcela vulnerável da população afim de se consolidar a proteção de sua população.

#### CONSIDERAÇÕES

Seguindo as tendências presentes nas diversas áreas ligadas as políticas públicas, as políticas ligadas as renovações dos espaços urbanos se ligam com intensidade a racionalidade neoliberal que entremeia todos os aspectos sócio-políticos no âmbito nacional.

Vemos na cidade de São Paulo, o surgimento de muitos pequenos projetos urbanos direcionados a diversas regiões da cidade em que o Estado não mais se coloca como o principal responsável por essas intervenções, agora ele se coloca como mais um agente de colaboração para a gerencia das empresas desses projetos.

Dentro desse raciocínio, podemos analisar que o Estado através dos mecanismos utilizados pelo saber e técnica de racionalização e organização dos espaços urbanos, o Urbanismo, constrói elementos normativos que disponibilizam a terra urbana ao processo de reprodução e consolidação da mentalidade neoliberal de produção capitalista.

Como colocado por muitos trabalhos, os espaços urbanos brasileiros foram ao longo dos anos se constituídos de uma outra maneira, oriundos de amplas tentativas ligadas a essa mentalidade de reprodução, podemos observar a olhos nus que esse processo transformou os espaços urbanos em espaços heterógenos, múltiplos e de grande complexidade social.

O trabalho ao trazer como exemplificação desse raciocínio, um caso recente observado no centro da cidade de São Paulo, busca evidenciar a implementação desse raciocínio neoliberal e suas consequências em termos de segregação, vulnerabilidade social.

Relatar e refletir sobre as consequências imediatas sofridas pela a população local com o início de implementação da PPP Campo Elísio, nos coloca uma reflexão. O que legitima essas séries de ações estatais que, em virtude de implementação de um projeto de cidade, lesão de várias maneiras uma parcela grande da população.

Para começar a traçar um caminho teórico sobre tais reflexões, tomamos como referencial metodológico os estudos de Foucault sobre a formação e consolidação da razão de Estado moderno. Concebido a partir de um modelo de biopoder em que o estado através de padrões normativos, insere na sociedade regulações que gerem os espaços e a sua população. O Uso desses padrões se dá com o objetivo de se alcançar o melhor cenário possível para a reprodução da lógica capitalista. Contudo, tal procedimento trabalha dentro de padrões que carregam consigo a formação de uma parte da população que estará fora do cálculo dessas políticas o que forma e acentua os problemas urbanos e sociais ligados a segregação, espoliação e vulnerabilidade de parte dessa população.

Assim, foi preciso implementar dentro da lógica estatal mecanismo que justificassem e banalizassem essas ações, entrando então dentro dessa racionalidade a institucionalização de um racismo político e a formação de uma agencia repressora, a polícia.

O racismo político, como colocado por Foucault, trabalha na construção de um raciocínio que auxilia na consolidação de políticas urbanas espoliadoras. Ao construir a imagem de perigosa parte da população de camadas mais baixas, ele cria um cenário político e social, que ao receber o apoio de parte da população, ideal para a implementação de projetos ao longo de toda a cidade que tem como objetivo um ideal de cidade que está longe de corresponder ao projeto de uma cidade democrática.

Assim, se cada vez mais observamos um agravamento social das questões ligadas ao aumento da população em situação de vulnerabilidade nas cidades brasileiras, podemos trazer como um possível caminho reflexivo o uso cada vez mais explícito do uso dos saberes e técnicas do urbanismo, como um dispositivo de consolidação da razão neoliberal dentro das políticas públicas e que junto com a lógica higienista, intensifica os processos

de segregação e vulnerabilidade social a qual estamos passando.

#### REFERÊNCIAS

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Segurança, Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais**. São Paulo: WMF, Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. **Histoire de la sexualité I**. La volonté de savoir. Paris : Gallimard, 1976.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. 22ª ed. Petrópolis, Vozes, 2000.